

# Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 9 Escola para todos - uma utopia tangível?

1

## Escola para todos - Uma utopia tangível?

*Maria Filomena Ventura*

O conceito de Escola para Todos, ou Escola Inclusiva, surge no âmbito da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, em 1994. Uma iniciativa da Unesco, conjuntamente com o governo espanhol, em que participaram mais de nove dezenas de países, entre os quais Portugal, constitui um marco importante no incremento da Escola Inclusiva. Numa sociedade global, multicultural, é naturalmente desejável que a escola se constitua como uma instituição que dá resposta a todos.

No documento produzido no âmbito da Conferência Mundial, e designado por Declaração de Salamanca, é sublinhada a importância de promover a igualdade de oportunidades, o que se afigura absolutamente inadiável numa sociedade democrática. Neste contexto, foi definido que “as escolas se devem ajustar a **todas as crianças**, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. E neste conceito terão de se incluir crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais” (p. 6).

O conceito de igualdade de oportunidades encerra em si a possibilidade de todos acederem a um processo de desenvolvimento próprio e individual que respeite as suas características mas, que não perca de vista o desenvolvimento de um perfil de competências básicas, considerado fundamental ao pleno exercício da cidadania. Compete à escola zelar pelo cumprimento deste objectivo que não deixa de constituir, simultaneamente, um sonho.

Sonho, pela dimensão, pela natureza e pelo ideal intrínseco ao projecto. Sonho que implica alterações nas práticas instituídas e nos procedimentos habituais. Obriga, implicitamente, o abandono do paradigma anterior, de que a direitos iguais correspondiam, necessariamente, procedimentos, processos e resultados iguais. Lidar com a diversidade discente, quer seja étnica ou cultural, quer sejam as necessidades educativas especiais, “é um dos maiores desafios que se colocam à escola, enquanto contexto de cidadania, porque ou a escola se torna um lugar de

# Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 9 Escola para todos - uma utopia tangível?

2

inclusão social e plural e de promoção de igualdade de oportunidades ou é um lugar de discriminação e exclusão” (Debate Nacional sobre Educação, 2007).

Se equacionarmos a escola como a primeira instituição onde se concretiza o direito de participar na sociedade global, depois da família e do círculo de amigos próximo, percebemos a importância da sua implicação no processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano.

Ainda na Declaração de Salamanca, é recomendado que “as escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso [aquelas] crianças” (p.6). É, igualmente, salientada a importância da definição de ajustes para o êxito das escolas inclusivas, nomeadamente ao nível do “currículo, instalações, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, ética escolar e actividades extra-escolares” (p.21).

A definição de ajustes pressupõe que se considerem duas noções fundamentais no processo de aprendizagem, a acessibilidade e o tempo. A “acessibilidade aos conteúdos programáticos, aos serviços, às actividades, aos locais e à informação são premissas fundamentais para que a igualdade de oportunidades se incremente definitivamente, pelo menos, nunca seja esquecida no plano dos princípios” (Zêzere, 2002, 403). No que se refere ao tempo, a sua percepção “está condicionada por diferenças individuais e culturais, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, na orientação do passado, presente, futuro e, ainda, no ensino da importância dada ao tempo na organização da experiência. Hoje reconhecemos vários ritmos diferenciados para processos de adaptação cognitiva, no desenvolvimento humano em geral e nos ritmos de aprendizagem” (*ibidem*).

De acordo com Nilholm (2006), “qualquer perspectiva razoável de «inclusão» envolve grandes alterações no sistema educativo e é difícil perspectivar como cada mudança pode ser implementada sem o envolvimento da comunidade” (p.442). Todos os intervenientes devem ser envolvidos nas decisões e deliberações acerca da inclusão, mesmo que tenham uma interpretação diferente do conceito. Nesta perspectiva, a inclusão dificilmente pode ser objecto apenas dos serviços de educação especial.

O autor tem a convicção de que “a inclusão só é possível a partir de processos de tomada de decisão inclusivos”. E vai mais longe quando acrescenta que “o cerne do conceito de inclusão é a ideia de que os procedimentos «normais» devem mudar” (p.443).

Num estudo internacional em que se problematizam os conceitos de diferença, inclusão e dificuldade, Norwich (2008) defende que as decisões políticas e a sua implementação envolvem

# Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 9 Escola para todos - uma utopia tangível?

3

dilemas. Citando Billig (1988), o autor refere que os dilemas surgem em “culturas onde se produz mais do que um ideal possível” (p.288). A coexistência de valores diferentes propicia a emergência de dilemas que implicam, conseqüentemente, a identificação de uma opção face a outras alternativas, sem que nenhuma das propostas seja claramente mais favorável.

Embora as tensões que se geram nestas circunstâncias, constituam aspectos inerentes à condição humana, nem sempre somos capazes de reverter os resultados dos conflitos, em mais valias. E será cada vez mais expectável, no futuro, identificar dilemas no enquadramento filosófico das políticas implementadas. Minow (1990) corrobora esta ideia e defende que o “dilema da diferença” (*cit* Norwich, p.288) é relevante no desenho legal das diferentes áreas da política social, etnicidade, género e dificuldades/necessidades educativas especiais. Ao nível dos valores sociais é já perceptível uma ambivalência entre equidade e individualidade.

Em Educação, dilemas em torno da “diferença e do controlo” (*ibidem*) são evidentes na implementação das medidas educativas decorrentes de diplomas legais. Na mesma linha de investigação, Nilholm (2006) levanta questões pertinentes quando refere que na escola, face a alunos todos diferentes, os professores têm a expectativa de encontrar uma forma comum de ensinar todos mas, simultaneamente, responder às necessidades individuais. E ainda, como organizar grupos de alunos onde todos eles aprendam face ao seu máximo potencial e como se promove a aprendizagem.

Estas e outras questões são referidas por Nilholm, como uma contradição fundamental do sistema educativo que, por um lado se baseia no que os estudantes têm em comum, ou que se espera que tenham, e por outro lado nas respectivas diferenças individuais.

Este é um dos dilemas com que o professor se confronta diariamente e que pode ser detonador de significativas angústias. Contudo, o professor é a pedra de toque no processo de inclusão de qualquer aluno.

Avramidis (2002) numa revisão bibliográfica produzida no âmbito da Escola para Todos, constatou que não havia, nos últimos 20 anos, precedentes no interesse revelado em estudos relacionados com as atitudes dos professores face à integração e inclusão e identificou alguns factores determinantes.

Segundo o autor, a cultura de escola e as crenças dos professores têm forte influência na atitude dos mesmos, no que respeita ao processo de inclusão e à prática pedagógica. Os

# Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 9 Escola para todos - uma utopia tangível?

4

professores que aceitam a responsabilidade de ensinar uma significativa diversidade discente e se sentem confiantes nas suas capacidades, podem implementar com sucesso programas inclusivos.

Avradimis refere vários estudos que afirmam que a experiência no contacto com alunos com necessidades educativas especiais torna os professores mais positivos no processo de inclusão. A definição de um programa, bem como o seu acompanhamento, são fundamentais para o sucesso da inclusão e a mudança de atitudes.

Salienta, ainda, que os directores das escolas ou os conselhos executivos constituem agentes fundamentais na construção de atitudes positivas, seguidos dos professores de educação especial. No estudo que promoveu, Avramidis concluiu que o professor do ensino regular aparece na cauda do sistema, com a atitude menos positiva.

É nestas circunstâncias que o sonho interpela a realidade e a concretização da inclusão ocorre ou... nem por isso!

Por fim e ao recomeçar..., na próxima ocasião em que um aluno revele insegurança no processo de aprendizagem, pode ser útil considerar a possibilidade de um exercício simples e equacionar: Será possível fazer de outra forma?

As receitas, por inexistentes, não dão grande ajuda. O trabalho colaborativo pode, com segurança, ser o motor do processo. Em simultâneo, é imprescindível que não se receie mudar, alterar ou fazer diferente. A avaliação ao longo de todo o processo contribui para a redefinição dos ajustes necessários. É importante estar atento..., valorizar a criatividade e não fixar expectativas à priori, que muito dificultam o desenho de adaptações.

# Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 9 Escola para todos - uma utopia tangível?

5

## Referencias Bibliográficas

AVRAMIDIS, E. and BRAHM N., Teachers' attitudes towards integration/inclusion: a review of the literature in *European Journal. of Special Needs Education*, Vol. 17, Nº2 (2002), 129-147.

NILHOLM, C., Special education, inclusion and democracy, in *European Journal of Special Needs Education*, Vol. 21, No 4 (2006), 431-445.

NORWICH, B., Dilemmas of difference, inclusion and disability: international perspectives on placement in *European Journal. of Special Needs Education*, Vol. 23, Nº4 (2008), 287-304.

ZÊZERE, P., A Escola Inclusiva e a igualdade de oportunidades. *Análise Psicológica*, 3 (XX) (2002), 401 – 406.

Delegados à Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais. *Declaração de Salamanca*. Consultada em Maio, 14, 2009. Web site: <http://www.dgidec.min-edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/declaracao-salamanca.doc>

Conselho Nacional de Educação. *Debate Nacional sobre Educação*. Consultado em Maio, 14, 2009. Web site: <http://www.debatereducacao.pt/>